

Juiz ameaçado de morte diz que ninguém quer ser herói morto

"Faria tudo de novo. Mas, se eu te disser que não tenho medo, estarei mentindo. Ninguém quer ser um herói morto". A frase é do juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, de 43 anos, que, em 2003, teve um colega assassinado, o juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Em reportagem publicada neste domingo (14/8), o jornal *O Estado de S. Paulo* conta como o ambiente tenso e a rotina de restrições afetam toda a família do juiz, que está sob ameaça.

O filho caçula de Lemos, por exemplo, não sabe o que é viver sem ter um segurança por perto. Quando o colega de trabalho do pai morreu, ele tinha dois anos. Hoje, o juiz é pai de uma adolescente de 13 anos e de um menino de 10. Os dois não saem sozinhos. A família, que mora no Espírito Santo, só viaja junta se contar com a companhia de policiais.

A pedidos da família, Lemos quis largar o tribunal — mas nenhum juiz aceitou substituí-lo. "O mesmo grupo que matou o Alexandre continua me enviando ameaças e elaborando planos para me assassinar. Já tentaram sequestrar a minha mulher na porta do prédio e a vida da minha família é toda limitada", conta.

A ameaça de morte também faz parte do cotidiano do juiz de Direito Mauro Antony, que é sempre lembrado quando falam do assunto. Ele é o juiz que condenou todos os acusados de pertencer a uma quadrilha comandada pelo ex-deputado estadual Wallace Souza, morto em 2010. Como consequência, o juiz e a família vivem há dois anos sob escolta de policiais militares.

O portão entreaberto da garagem de um hotel em Ponta Porã (MS), na fronteira com o Paraguai, levaram agentes da Polícia Federal a acreditarem que o juiz Odilon de Oliveira, hoje com 62 anos, corria risco. Pistoleiros que estavam no local fugiram. Mais tarde, escutas confirmaram que o assassinato estava marcado para aquela hora e local.

O juiz hoje está na 3ª Vara de Justiça Federal de Mato Grosso do Sul e conta com proteção policial há 13 anos. Por determinação dele, mais de uma centena de traficantes foram para a cadeia. Ele já teve sob sua jurisdição, por exemplo, Fernandinho Beira-Mar.

O juiz conta que a proteção causa constrangimentos. "Fica difícil ir à casa de um amigo, porque vou com escolta armada. Em alguns casos, é preciso levar fuzil. Há uma limitação total", afirma. Ele lembra dos três meses que dormiu em um fórum, protegido por oito agentes da PF.

Em Mato Grosso do Sul, três juízes são responsáveis pela condenação de quase 2 mil acusados de narcotráfico, contrabando, e os chamados crimes do colarinho branco, nos últimos três anos. Ao lado de Odilon estão as juízas de Ponta Porã (MS) Lisa Taubemblatt e Lidianne Maria Oliva Cardoso.

No início deste ano, o Serviço de Inteligência da Polícia Federal constatou que elas estavam correndo risco de morte. As escoltas duraram dois meses. "A justificativa para o cancelamento foi a de que o perigo já havia passado ou redução no efetivo policial, não me lembro bem", diz Lisa Taubemblatt. "Não há como considerar-me fora de perigo. Estou aqui, eu e a doutora Lidianne, em uma sala que fica bem na frente do presídio masculino, onde estão criminosos perigosos, de grande poder aquisitivo", afirma.

Date Created

14/08/2011